

As 'agendas privadas' de Aras e Bolsonaro

CONVERSAS SECRETAS
Bolsonaro teve 'agendas privadas' com PGR, antes de manifestações favoráveis a ele no STF

EDUARDO GONCALVES
REDAÇÃO DO GLOBO

E-mails analisados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Ataques Golpistas indicam 'agendas privadas' do ex-presidente Jair Bolsonaro, à noite, no Palácio da Alvorada com o procurador-geral da República, Augusto Aras, e o seu braço-direito, a vice-procuradora Lindora Araújo. Esses reuniões, registradas por ajudantes de ordens da Presidência, não foram divulgadas pelo governo nem pelo Ministério Público Federal. Ao longo da gestão passada, em 184 acusações contra o então presidente ou seus filhos apresentadas ao Supremo Tribunal Federal (STF), as manifestações da Procuradoria-Geral da República (PGR) se alinharam aos interesses do bolsonarismo em 95% dos casos, como mostrou levantamento feito pelo GLOBO.

O primeiro registro de 'agenda privada' de Bolsonaro foi de 11 de abril do ano passado, entre 19h e 20h. Na ocasião, Lindora havia acabado de ser promovida ao cargo de número dois de Aras — a nomeação havia saído uma semana antes. Os e-mails mostram a participação do senador Flávio Bolsonaro (PFL-RJ), filho mais velho do presidente e apontado como um dos padrinhos da indicação da subprocuradora. Não há menção sobre a presença de Aras nesta reunião.

Em manifestação ao STF oito dias depois do registro do encontro, Lindora afirmou que não via indícios de crime do ex-presidente no inquérito instaurado para apurar a atuação de dois pastores lobistas na liberação de verbas do Ministério da Educação (MEC). "Se a mera citação de autoridade com foro por prerrogativa de função pelo investigado não é suficiente para atrair a competência do STF, depreende-se que tal situação tampouco é capaz de imputar àquele a condição de investigado", escreveu ela.

A PGR afirmou que não se pronuncia sobre agendas privadas. Bolsonaro e Flávio não se manifestaram.

SÉRIE DE REUNIÕES

Os e-mails indicam outra reunião reservada de Lindora com Bolsonaro, em 2 de maio de 2022, entre 19h10min e 19h40min. Desta vez, o encontro contou com a participação de Aras. Três semanas depois, a vice-procuradora-geral entendeu que o ex-presidente não havia cometido crime de racismo por declaração dirigida a um apoiador negro, na qual perguntou se ele pesava "mais de sete arrobas".

A terceira reunião que consta da "agenda privada" de Bolsonaro foi registrada em 10 de agosto entre 20h45min e 21h30min do ano passado. Aras, de acordo com os e-mails, também participou. No dia 24 do mesmo



Apoiô do ouvido. E-mails analisados pela CPI dos Ataques Golpistas indicam reuniões de Bolsonaro com Augusto Aras e Lindora Araújo que não foram divulgadas.

REUNIÕES NO ALVORADA

E-mails indicam encontros de Bolsonaro com Aras e Lindora que não foram divulgados

11 de abril de 2022

ENTRE: JONHANN E ZOHAMIN
Registro de encontro de Lindora Araújo com o então presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada. Uma semana antes ela havia sido promovida ao cargo de número dois de procuradora-geral da República, Augusto Aras. O senador Flávio Bolsonaro (PFL-RJ) participou de reunião.

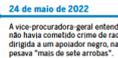


19 de abril de 2022

Em manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF), Lindora afirmou que não via indícios de crime de Bolsonaro no inquérito instaurado para apurar a atuação de dois pastores lobistas na liberação de verbas do Ministério da Educação (MEC).

2 de maio de 2022

ENTRE: JONHANN E ZOHAMIN
Reunião reservada de Aras e Lindora com Bolsonaro.

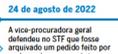


24 de maio de 2022

A vice-procuradora-geral entendeu que o ex-presidente não havia cometido crime de racismo por declaração dirigida a um apoiador negro, na qual perguntou se ele pesava "mais de sete arrobas".

10 de agosto de 2022

ENTRE: JONHANN E ZOHAMIN
Encontro de Aras e Lindora com Bolsonaro.



24 de agosto de 2022

A vice-procuradora-geral defendeu no STF que fosse arquivado um pedido feito por parlamentares para abrir uma investigação contra o então presidente por ter atacado o sistema eleitoral em um encontro com embaixadores. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma ação diferente, mas relacionada à mesma reunião com embaixadores, resultou na ineligibilidade de Bolsonaro até 2030.

mês, vice-procuradora-geral defendeu no STF que fosse arquivado um pedido feito por parlamentares para abrir investigação contra o então presidente por ter atacado o sistema eleitoral em um encontro com embaixadores. Na época, Lindora afirmou que considerava "prematura" abrir o inquérito e decretou o início de uma apuração preliminar sobre o caso. "A averiguação preliminar dos fatos deve ocorrer em sede de notícia de fato criminal na PGR ou em petição perante o STF, evitando-se a instaura-

ção prematura de inquérito", afirmou ela em ofício. No Tribunal Superior Eleitoral, uma ação diferente, mas relacionada à mesma reunião com embaixadores, resultou na ineligibilidade de Bolsonaro até 2030. Ele foi condenado pela Corte por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação. No mesmo dia, a procuradora também protocolou uma manifestação crítica ao ministro Alexandre de Moraes, do STF, por ele ter orde-

nado mandados de busca e apreensão contra oito empresários bolsonaristas que compartilharam mensa-

gens de teor golpista em um grupo de WhatsApp. Lindora se queixou de que o magistrado não esperou um posicionamento da PGR antes de determinar as medidas cautelares e pediu acesso aos autos. "É absolutamente inviável que medidas cautelares restritivas de direitos fundamentais, que não constituem um fim



Lindora. Pelo menos quatro encontros com Bolsonaro no Alvorada

em si mesmas, sejam decretadas sem prévio pedido e mesmo sem oitiva do Ministério Público Federal", escreveu ela, na ocasião.

As informações sobre as agendas aparecem na caixa de e-mails do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Com o título "agenda privada", as mensagens seguem o formato de calendário, com os dados relativos aos participantes, além da hora e o local.

LISTA DE VISITANTES

Durante governo Bolsonaro, a lista de visitantes do Alvorada, residência oficial do presidente, ficou em sigilo. Na gestão de Lula, o entendimento foi mantido com algumas exceções, como as que se referem a "agendas oficiais" e pessoas "com interesses junto à administração pública".

"Os registros de entrada e saída de pessoas em residências oficiais do presidente e do vice-presidente da República são informações que devem ser protegidas por revelarem aspectos da intimidade e vida privada das autoridades públicas e de seus familiares, salvo se tais registros disserem respeito a agendas oficiais, que têm como regra a publicidade, ou se referirem a agentes privados que estejam representando interesses junto à Administração Pública", diz o parecer feito pela Controladoria-Geral da União, em fevereiro deste ano.

A lei que trata da divulgação de compromissos por autoridades do Executivo federal não faz menção direta ao presidente. A Constituição, no entanto, estabelece a publicidade como um princípio que deve nortear a administração pública.

"O que a lei especifica são os casos de sigilo. O resto deveria ser tudo transparente. Existe risco à saúde ou à segurança da autoridade? Não. Então, tem que ser público, como deve ser toda a agenda de autoridade. Não dá para falar em intimidade e privacidade em reuniões com agentes externos, lideranças políticas, procuradores da República e empresários. Isso é uma reunião que trata de interesse nacional, não tem nada de privado nisso — afirmou o pesquisador Fabiano Angélico, da Universidade de Lugano, doutor em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas e autor de um livro sobre Lei de Acesso à Informação.

Além dos e-mails dos ajudantes de ordens, mensagens do celular de Cid, analisadas pela Polícia Federal, indicam que Lindora se reuniu com Bolsonaro na manhã de 26 de março de 2021, conforme revelou o site Metrópoles. De acordo com o diálogo, um ajudante de ordens avisou o tenente-coronel que estava chegando com a vice-procuradora-geral ao Alvorada.

OUTRAS MANIFESTAÇÕES PRÓ-BOLSONARO

CPI da Covid
A vice-procuradora geral da República solicitou, em julho do ano passado, o arquivamento de sete das dez acusações preliminares abertas em decorrência da CPI da Covid. Lindora não viu indícios de crime na atuação do ex-presidente durante a pandemia.

Despesas de Michelle
Lindora defendeu descartar áudios e quebras de sigilo bancário na investigação que apura pagamentos em espécie de despesas da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. A vice-procuradora ainda solicitou ao ministro Alexandre de Moraes a retirada desse material compartilhado com outros dois inquéritos e o arquivamento do caso. A Polícia Federal (PF) apura se houve irregularidades nas transações realizadas por ajudantes de ordens de Bolsonaro.

Fake news sobre vacina
Lindora pediu o arquivamento do inquérito que investiga se Bolsonaro disseminou fake news sobre a Covid-19 ao associar falsamente as vacinas a um risco maior de contrair o vírus da Aids. O posicionamento diverge da manifestação da PF, que havia apontado ao STF que Bolsonaro incutiu crime ao desestimular a vacinação e o uso de máscaras.